GENDER & COVID-19

Gender and COVID-19 evidence download

Produção Legislativa e Grupos Minorizados nos dois primeiros anos da Pandemia no Brasil

Esta nota técnica apresenta os primeiros resultados da pesquisa sobre a produção legislativa no período da pandemia COVID-19 diretamente relacionada a grupos minorizados (gênero, sexualidade, raça, etnia, classe, geração, dentre outros) nos anos de 2020 e 2021. A pesquisa teve a coordenação executiva pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (NEPEM) da Universidade Federal de Minas Gerais que, por sua vez, foi parte de programa de pesquisa maior - "Covid-19, risco, impacto e resposta de gênero"[1], realizada no Brasil pela Fiocruz Minas. Esta última responde à colaboração internacional no âmbito do "Gender and Covid-19 Project", que contou com financiamento da Fundação Bill & Melinda Gates. O objetivo dessa pesquisa foi analisar aspectos relevantes da construção dos dados utilizados para a avaliação da produção legislativa visando o combate à pandemia COVID-19 e seus impactos e efeitos na população, com foco específico em grupos subalternizados da população brasileira.

Desde janeiro de 2020, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto do novo coronavírus como Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), a ciência e a política se movimentaram para responder às novas demandas. No Brasil, a primeira notificação de um caso confirmado de Covid-19 ocorreu em 26 de fevereiro de 2020 e foi de uma mulher negra, empregada doméstica, do Rio de Janeiro. Desde esta data até 11 de junho de 2022, foram confirmados 31.445.137 casos e 668.074 óbitos por Covid-19 no Brasil (BRASIL, 2022).

Na busca de compreender quais foram as principais respostas do legislativo à população brasileira, especialmente tendo-se em perspectiva os seus grupos mais vulneráveis, esta pesquisa se concentrou em analisar os Projetos de Lei oriundos da Câmara dos Deputados, com especial atenção àqueles que se relacionem com os impactos da pandemia sobre gênero, raça, classe, sexualidade e etnia. Indiretamente, a pesquisa ainda focalizou, ademais, proposições que deram atenção aos segmentos geracionais (idosos, infância e juventude), às pessoas com deficiência, aos migrantes e profissões feminilizadas.

A pandemia, entre as inúmeras questões históricas que recaem sobre as mulheres, abre debates e tensões que impactam diretamente na vida das mulheres (especialmente das mulheres negras), das pessoas negras e indígenas e do público LGBTQIA+. Vale ressaltar que esses impactos ocorrem de diferentes maneiras ao considerarmos a interseccionalidade e nesta pesquisa consideramos a diversidade de gênero, classe social, raça e etnia como marcadores centrais das vulnerabilidades e desigualdades brasileiras. Um dado relevante que demonstra essas disparidades de gênero é, por exemplo, o da queda na taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho, que logo no início da pandemia caiu em 6,9% para os homens e 10,5% para as mulheres (Gênero e Número, 2020).

Realizamos um trabalho minucioso e criterioso de coleta e organização dos dados e a análise concentra-se nos Projetos de Lei (PLs) por ser uma peça legislativa de maior agilidade do ponto de vista da proposição, tramitação e aprovação frente às demais, e em função da quantidade de propostas apresentadas no período. Considerando toda a complexidade e a atenção requerida à coleta e à categorização dos dados, neste relatório vamos apresentar um panorama descritivo geral dos dados quantitativos da pesquisa, já a análise qualitativa e substantiva virá a ser publicada tão logo as análises sejam concluídas.

Construção dos dados:

Considerando-se os anos de 2020 e 2021, tivemos um total de 8.622 projetos de lei apresentados na Câmara dos Deputados, sendo que em 2020 foram 4.690 (54,4%) e 3.932 (45,6 %) em 2021. A seleção dos PLs para serem analisados foi realizada através do sistema de busca da Câmara dos Deputados[2], utilizando como "assunto:" os termos **Covid** e **Pandemia**. O conjunto de PLs selecionados foi direcionado

1 A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Fiocruz Minas (CAAE: 39133020.8.0000.5091).
2 Portal da Câmara dos Deputados - Pesquisa Simplificada. Disponível em: https://www.camara.leg.br/busca-portal/proposicoes/pesquisa-simplificada Acessado em: 28 jun 2022.

para uma segunda triagem considerando-se agora os públicos alvo diretos (e indiretos) do estudo, quais sejam: Gênero (homens e mulheres); Raça e Etnia e Sexualidade (LGBTQIA+). Os demais públicos foram considerados indiretos e também compuseram marcadores importantes da nossa coleta e análise de dados.

Essa primeira seleção foi realizada com base na leitura criteriosa das ementas dos referidos projetos de lei. Desse processo resultou um total de 1.334 PLs a serem analisados, sendo que 830 (62,2%) foram propostos em 2020 e 504 (37,8%), em 2021.

Breves considerações sobre o Processo Legislativo brasileiro

Quando a proposta é analisar dados legislativos, é importante dedicar atenção ao processo legislativo que envolve a peça em análise que, no presente estudo, são os Projetos de Lei (PLs). Ao ser proposto, o PL é apresentado à Mesa Diretora da casa que, através da sua Secretaria, atribui um número ao projeto e confere as respectivas assinaturas. Caso o número de assinaturas esteja aquém do mínimo exigido pela Casa para iniciar a tramitação ou caso alguma assinatura não esteja de acordo, a proposta é devolvida ao autor. Quando esta proposta é reapresentada, ela receberá, pois, uma nova numeração. Portanto, não se deve computar a quantidade de propostas apresentadas apenas se verificando a numeração, visto que este número é inflacionado, já que a mesma proposta recebe numeração nova cada vez que ela é reapresentada à Mesa (JERONYMO, 2021).
Outro aspecto que deve ser considerado é a retirada da proposta pelo autor. Neste caso, a numeração permanece, mas a proposta deixa de tramitar. Considerando estes aspectos foi verificado para os 1.334 PLs selecionados, o processo de tramitação ao final do ano de 2021 (encerramento do ano legislativo), apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 – Demonstrativo da situação da tramitação dos PLs selecionados, no final do ano legislativo 2021

Situação	Total	%	%*
Transformado em Norma Jurídica	22	1,6	1,8
Arquivada	67	5,0	5,4
Aguarda Senado	11	,8	,9
Não tramitou	99	7,4	-
Tramitando em Conjunto	846	63,4	68,5
Senado	289	21,7	23,4
Total	**1334**	**100,0**	**100,0**

%* Percentuais excluindo os PLs que não tramitaram
Elaboração própria – Fonte: dados abertos da Câmara dos Deputados

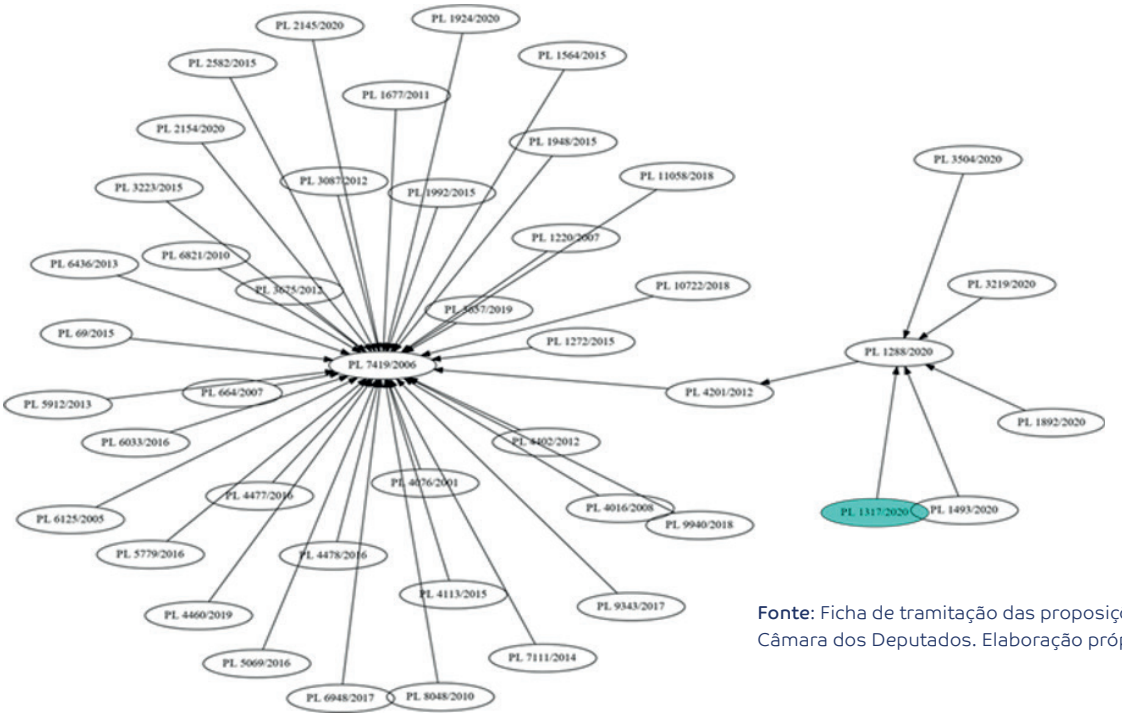
Na Tabela 1, podemos observar que 99 (7,4%) PLs selecionados não tramitaram, seja por questão de assinaturas, por terem sido retirados pelo autor, dentre outras possibilidades, sendo afinal retirados do processo de análise desta pesquisa, ficando o total reduzido para 1.235 PLs. Do total de PLs tramitados no período e objeto específico de análise nesta pesquisa, apenas 22 (1,8%) deles foram transformados em efetiva norma jurídica, ou seja, foram transformados, afinal, em Lei no país. Considerando-se, pois, exclusivamente o volume de propostas apresentadas, temos uma eficiência que pode ser considerada diminuta.

Outro aspecto inicial a ser salientado é a tramitação em conjunto de proposições. Segundo o Regimento Interno da Câmara (RIC), novos projetos apresentados serão apensados sempre que já houver um outro projeto tramitando com o mesmo escopo. Projetos mais novos são apensados aos projetos mais antigos e seguem a tramitação destes. A implicação disto é que, mesmo projetos referentes à pandemia revestidos de urgência pela situação vivida pelo país, podem ter a sua tramitação retardada devido ao dispositivo legislativo do apensamento.

Para ilustrar com um exemplo específico o exposto acima, construímos a rede de apensamento do PL 1317/2020[3] (Figura 1). Tomamos cada PL apensado como um nó da rede e a conexão representa a ligação entre o PL apensado e o apensador. Como o escopo do PL trata da regulação do atendimento das operadoras de planos de saúde em relação à Covid, ele foi apensado ao PL 1288/2020, e devido a encadeamentos de apensamentos está ligado ao PL 7419/2006, ou seja, uma proposta de 2020 permaneceu presa à tramitação de uma outra proposição desta vez datada de 2006.

3 Ementa PL 1317/2020 - "Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para dispor sobre regras de atendimento das operadoras de planos de saúde durante períodos de calamidade pública".

Figura 1 – Rede de apensamentos do PL 1317/2020



Fonte: Ficha de tramitação das proposições Câmara dos Deputados. Elaboração própria

É possível afirmar que o tamanho (número de nós) e a complexidade da rede de apensamento deste PL em específico sejam indicativos de que o referido tema seja polêmico, de difícil acordo e consenso e de atuação forte de *lobby* e grupos de interesse no âmbito da Casa legislativa. Dessa forma, ao analisar a atuação legislativa no combate à pandemia do COVID-19 e suas consequências, temos que ter em vista que não bastaria se considerar os projetos propostos.

Conforme já mencionado, a primeira triagem nas propostas de Projeto de Lei foi realizada através do sistema de busca da Câmara dos Deputados, considerando-se como critérios a menção dos termos "**Covid**" ou "**Pandemia**". Dentre os PLs selecionados por este critério principal, importava o público afetado pela proposta (diretamente: gênero, raça, classe, sexualidade, etnia) e indiretamente (idosos, infância e juventude, pessoas com deficiência, migrantes e profissões feminilizadas).

Origem das propostas de Projeto de Lei analisados:

A distribuição do *loccus* de origem das proposições de Projeto de Lei analisadas nesta pesquisa está descrita na Tabela 2. Estas informações evidenciam o papel proeminente que a Câmara dos Deputados teve na apresentação destas propostas, visando o enfrentamento da pandemia COVID-19 e tendo oferecido 98,05% dessas proposições. Também evidencia a tímida participação do Poder Executivo com apenas 2 proposições tramitadas, o que corresponde a um percentual de 0,000016% do total analisado.

Tabela 2 – Locus de origem dos PLs propostos no período 2020/2021

Locus	Ano 2020	Ano 2021	Total
Comissão Permanente	4 80,00%	1 x	1,8 100,00%
Câmara dos Deputados	747 61,70%	464 38,30%	1211 100,00%
Poder Executivo	2 100,00%	0 0,00%	2 100,00%
Senado Federal	11 68,80%	5 31,30%	16 100,00%
Sociedade Civil	1 100,00%	0 0,00%	1 100,00%
Total	**765** **61,90%**	**470** **38,10%**	**1235** **100,00%**

Elaboração própria – Fonte: dados abertos da Câmara dos Deputados

Das 22 propostas que foram transformadas em norma jurídica, conforme a Tabela1, 21 (95,5%) foram proposições apresentadas pela Câmara dos Deputados, e apenas uma delas (4,5%) foi uma proposta oriunda do Senado Federal.

Proposições Legislativas da Câmara dos Deputados

Ao todo temos 513 deputados e deputadas, destes 77 são mulheres, o que corresponde a 15,0% da casa, enquanto os homens são 413, ou seja 85% do total de parlamentares. Na Tabela 3 observamos que entre as 1.211 propostas analisadas, as deputadas foram autoras de 260, ou seja 21,46% dos PLs, ou seja, elas se mostram bastante atuantes em seus mandatos no que tange às temáticas analisadas nesta pesquisa.

Tabela 3 – Divisão das proposições que serão analisadas por sexo dos membros da Câmara dos Deputados que apresentaram propostas de Projeto de Lei, no período 2020/2021,

Proponente	Ano 2020	Ano 2021	Total
Deputadas	175 67,30%	85 32,70%	260 100,00%
Deputados	572 60,10%	379 39,90%	951 100,00%
Total	**747** **61,70%**	**464** **38,30%**	**1211** **100,00%**

Elaboração própria – Fonte: dados abertos da Câmara dos Deputados

Considerando a ideologia dos partidos políticos dos/as respectivos/as parlamentares, segundo a classificação de Sardinha e Costa (2019), aquelas proposições que podem ser classificadas como propostas por partidos alinhados à esquerda apresentaram maior número de Projeto de Lei: foram 601(49,6%) PLs. Já os classificados como propostas oriundas de partidos de centro foram 186 (15,4%) PLs, e aqueles classificados à direita apresentaram 424 (35.0%) PLs. (Tabela 4). Estes dados indicam, apenas nessa descrição quantitativa inicial, que foram afinal os partidos de esquerda aqueles mais pró-ativos na apresentação de propostas visando o enfrentamento da pandemia no caso de grupos mais vulnerabilizados da população brasileira.

Tabela 4 – Classificação ideológica dos partidos presentes na Câmara dos Deputados e o total de propostas de Projeto de Lei apresentadas, período 2020/2021

Partido do autor	Classificação	Total de propostas
CIDADANIA	esquerda	25
PCdoB	esquerda	57
PDT	esquerda	98
PSB	esquerda	113
PSOL	esquerda	43
PT	esquerda	247
PV	esquerda	17
REDE	esquerda	1
AVANTE	centro	20
MDB	centro	49
PROS	centro	17
PSDB	centro	87
SOLIDARIEDADE	centro	13
DEM	direita	39
NOVO	direita	8
PATRIOTA	direita	3
PL	direita	42
PODEMOS	direita	35
PP	direita	68
PSC	direita	9
PSD	direita	30
PSL	direita	90
PTB	direita	31
REPUBLICANOS	direita	69
Total	-	**1211**

Elaboração própria – Fonte: dados abertos da Câmara dos Deputados

A Tabela 5, por sua vez, apresenta quantidade das propostas de Projeto de Lei por classificação da ideologia partidária e pelo sexo do/a proponente. Nela é possível observar que as deputadas federais mais alinhadas à esquerda, considerando-se a sua proporcionalidade de representação política, apresentaram um percentual de 20,5 pontos a mais de PL do que os deputados de mesmo espectro ideológico. Já entre os deputados classificados como ideologias de centro, as deputadas apresentaram proporcionalmente menos proposições do que os seus colegas parlamentares homens.

Tabela 5 – Distribuição das propostas de Projeto de Lei apresentadas na Câmara dos Deputados, segundo a classificação ideológica do partido e sexo do proponente, período 2020/2021

Classificação ideológica do partido	Sexo do Proponente					
	Deputadas			Deputados		
	Ano 2020	Ano 2021	Total	Ano 2020	Ano 2021	Total
Esquerda	115 65,7%	54 63,5%	169 65,0%	283 49,5%	149 39,3%	423 44,5%
Centro	23 13,2%	14 16,4%	951 14,2%	80 14,0%	69 18,2%	149 15,7%
Direita	37 21,1%	17 20,1%	54 20,8%	209 36,5%	161 42,5%	370 38,9%
Total	**175** **100%**	**85** **100%**	**260** **100%**	**572** **100%**	**379** **100%**	**951** **100%**

Elaboração própria – Fonte: dados abertos da Câmara dos Deputados

Na Tabela 6, listamos um ranking dos 10 principais parlamentares, segundo a quantidade de propostas apresentadas (e selecionadas nesta pesquisa) no período analisado. Destaca-se, dentre as mulheres, a deputada Rejane Dias (PT-PI), que apresentou 32 PLs (18,3%) em 2020 e 13 PLs (15,3%), em 2021. Já dentre os homens parlamentares quem mais apresentou propostas foi o deputado Alexandre Frota (hoje do PSDB-SP, mas tendo sido eleito pelo PSL), 21 PLs (3,7%) em 2020 e mais 21 PLs (5,5%), no ano de 2021.

Tabela 6 - Membros das Câmara dos Deputados que mais apresentaram propostas de Projeto de Lei no período 2020/2021

2020			2021		
Deputada	**PLs**	**%**	**Deputadas**	**PLs**	**%**
Rejane Dias	32	18,3	Rejane Dias	13	15,3
Jandira Feghali	12	6,9	Erika Kokay	5	5,9
Luiza Erundina	9	5,1	Perpétua Almeida	5	4,7
Maria do Rosário	9	5,1	Carmen Zanotto	4	4,7
Natália Bonavides	8	4,6	Jandira Feghali	4	4,7
Carmen Zanotto	6	3,4	Maria do Rosário	4	4,7
Perpétua Almeida	6	3,4	Rosangela Gomes	4	4,7
Dra. Soraya Manato	5	2,9	Edna Henrique	3	3,5
Erika Kokay	5	2,9	Renata Abreu	3	3,5
Paula Belmonte	5	2,9	Tabata Amaral	3	3,5
Total	**175***	**100**	**Total**	**85***	**100**

2020			2021		
Deputado	**PLs**	**%**	**Deputado**	**PLs**	**%**
Alexandre Frota	21	3,7	Alexandre Frota	21	5,5
Mauro Nazif	20	3,5	Pompeo de Mattos	18	4,7
Ivan Valente	18	3,1	José Guimarães	10	2,6
Pompeo de Mattos	13	2,3	Wilson Santiago	9	2,4
Arlindo Chinaglia	12	2,1	Henrique Fontana	7	1,8
Capitão Alberto Neto	10	1,7	Léo Moraes	7	1,8
Eduardo da Fonte	10	1,7	Gonzaga Patriota	6	1,6
Célio Studart	9	1,6	José Nelto	6	1,6
Mário Heringer	9	1,6	Paulo Pimenta	6	1,6
Reginaldo Lopes	9	1,6	Paulo Teixeira	6	1,6
Total	**572***	**100**	**Total**	**379***	**100**

*Total de PLs apresentados no ano pelo gênero

Parece haver protagonismo legislativo das mulheres deputadas federais, especialmente aquelas alinhadas à esquerda do espectro ideológico, na proposição legislativa para os segmentos vulneráveis analisados nesta pesquisa. Todavia, para além dos quantitativos, será preciso se analisar o conteúdo efetivo destas proposições para que se possa confirmar e elucidar melhor este ponto. Conforme já dito, trouxemos aqui um panorama prévio dos dados quantitativos que sintetizam o perfil da atuação da Câmara dos Deputados, particularizando a atuação dos partidos, com ênfase na atuação segundo os gêneros em propostas legislativas para minimizar os impactos da pandemia nos grupos mais vulnerabilizados da população brasileira. Chamamos atenção para alguns detalhes desse quadro geral descritivo que permearam uma primeira análise desses dados do legislativo brasileiro.

Na Tabela 7, abaixo, temos uma descrição geral das temáticas das proposições, conforme é feita essa indexação pela própria Câmara de Deputados. Cabe destacar que uma proposição legislativa, com alguma frequência, é indexada pelo sistema da Câmara em mais de uma temática e por isso o nosso N da Tabela 7 abaixo não é o mesmo (é superior) do número efetivo de proposições que estão sendo analisadas nesta pesquisa. De qualquer forma, apenas para que se possa adiantar uma descrição inicial tematicamente orientada, o quadro que temos das principais 10 temáticas que estão presentes nos PLs aqui analisado é o seguinte: como era de se esperar, em primeiro lugar, destacou-se a temática da "Saúde" (21,5%), em segundo lugar a temática dos "Direitos Humanos e Minorias" (17,5%), em terceiro está o "Trabalho e Emprego" (14,2%), seguida em quarto lugar pela temática de "Finanças Públicas e Orçamento" (7,8%), em quinto lugar a temática de "Previdência e Assistência Social" (7,4%), em sexto a "Educação" (6,2%), em sétimo lugar o tema de "Indústria, Comércio e Serviços " (3,8%), seguido por "Direito Penal e Processual Penal" (3,4%), "Defesa e Segurança" (2,5%) e "Economia" (2,4%).

Tabela 7 – Relação dos temas nos quais os PLs analisados foram classificados pela Câmara dos Deputados, período 2020/2021

Temas	Total	%
Administração Pública	119	4,0
Agricultura, Pecuária, Pesca e Extrativismo	16	0,5
Arte, Cultura e Religião	23	0,8
Cidades e Desenvolvimento Urbano	14	0,5
Ciência, Tecnologia e Inovação	17	0,6
Comunicações	35	1,2
Defesa e Segurança (9º lugar)	76	2,5
Direito Civil e Processual Civil	34	1,1
Direito e Defesa do Consumidor	25	0,8
Direito e Justiça	3	0,1
Direito Penal e Processual Penal (8º lugar)	103	3,4
Direitos Humanos e Minorias (2º lugar)	527	17,5
Economia (10º lugar)	71	2,4
Educação (6º lugar)	185	6,2
Energia, Recursos Hídricos e Minerais	20	0,7
Esporte e Lazer	5	3
Estrutura Fundiária	2	0,1
Finanças Públicas e Orçamento (4º lugar)	234	7,8
Homenagens e Datas Comemorativas	21	0,7
Indústria, Comércio e Serviços (7º lugar)	113	3,8
Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	3	0,1
Política, Partidos e Eleições	7	0,2
Previdência e Assistência Social (5º lugar)	224	7,4
Processo Legislativo e Atuação Parlamentar	4	0,1
Relações Internacionais e Comércio Exterior	3	0,1
Saúde (1º lugar)	648	21,5
Trabalho e Emprego (3º lugar)	427	14,2
Turismo	6	0,2
Viação, Transporte e Mobilidade	42	1,4
Total	**3007**	**100,0**

O próximo passo da pesquisa é, pois, ampliar a análise a partir dos dados provenientes da fase qualitativa que já está sendo desenvolvida a partir da categorização do inteiro teor das propostas de Projetos de Lei, levadas a cabo através do Software Atlas TI.

A análise do conjunto de dados construídos a partir dos Dados Abertos da Câmara dos Deputados e do inteiro teor das proposições, de seu contéudo, possibilitará traçar um perfil analítico mais acurado da atuação do legislativo, em particular da Câmara dos Deputados, no enfrentamento e combate à epidemia do COVID-19, tendo-se como horizonte quais foram os segmento da população vulnerabilizadas para os quais foram, de fato, direcionadas as proposições, dando-se ênfase às questões de gênero, raça, etnia, classe e sexualidade.

Nessa segunda etapa, de caráter qualitativo e interpretativo, vamos considerar: o objetivo da proposição, para quais segmentos de públicos específicos vulnerabilizados (diretos, indiretos e interseccionalizados) a proposição se direciona, as suas respectivas temáticas desagregadas pelos interesses da pesquisa (como menciona COVID, saúde - infraestrutura em saúde e força de trabalho em saúde, trabalho, educação, maternidades e famílias, violências, tributação, direitos, vulnerabilidades e riscos específicos). Também foram categorizadas as menções ao Auxílio Emergencial e outras formas correlatas de promoção da renda e a Vacinação da população. Ainda pela frequência da menção nas proposições aqui analisadas, mesmo que este não tenha sido o foco analisado nesta pesquisa, codificamos as menções feitas a

Elaboração própria – Fonte: dados abertos da Câmara dos Deputados

outros segmentos da população, a saber: trabalhadores do setor cultural, trabalhadores do setor informal, autônomos e terceirizados, menções a micro e pequenas empresas.

Outra importante classificação deste material foi em relação à *Escala de Programas e Políticas Públicas à Sensibilidade/ Responsividade de Gênero*, desenvolvida pela OMS - a *WHO Gender Responsive Assessment Scale: criteria for assessing programmes and policies* (ver: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK559709/table/ch2.t1/). A partir desta proposta de escala (que foi criada para se analisar iniciativas de políticas e programas públicos) tomamos a liberdade de adaptar para as nossas proposições legislativas, aquelas analisadas especificamente nesta pesquisa. Assim, incluiremos a classificação dos PLs nesta escala adaptada, desta vez não apenas em termos de responsividade de gênero, mas também de raça, etnia, sexualidade e classe. A parte qualitativa deverá afinal trazer (dentre outras considerações e análises) uma reflexão destas proposições legislativas, lançando-se mão da escala adaptada da OMS para se tentar compreender se os Pls propostos foram efetivamente sensíveis a estas distintas dimensões e em quais graus eles o foram ou não.Desta forma, os PLs serão classificados, então, como: 1) Promotor de hierarquizações/desigualdades (*Gender Unequal*); 2) Invisibilizador (*Gender Blind*); 3) Sensível (*Gender Sensitive*); 4) Específico (*Gender Specific*) e, finalmente, 5) Transformador (*Gender Transformative*) das relações de gênero, raça, etnia, classe e sexualidade em termos dos impactos da COVID19 sobre esses grupos vulnerabilizados. Nossa ideia aqui é tentar mensurar o grau de atenção do/a legislador/a brasileiro a estas dimensões de vulnerabilidade que, como sabemos, estão de fato associados aos impactos diferenciados da COVID19 sobre as populações.

Referências Bibliográficas:

BRASIL. Ministério da Saúde. Boletim Epidemiológico Nº 117. 2022. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/boletins-epidemiologicos/covid-19/2022/boletim-epidemiologico-no-117-boletim-coe-coronavirus/view. Acessado em 28 jun 2022.

SARDINHA, Edson; COSTA, Sylvio. Direita Cresce e Engole o Centro no Congresso mais Fragmentado da História. Congresso em Foco. 2019. Disponível em: https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/direita-cresce-e-engole-o-centro-no-congresso-ais-fragmentado-da-historia/ Acessado em 28 jun 2022.

JERONYMO, Mauro Lucio. Mudança Constitucional no Brasil pós 1988 Magnitude, Regras e Atores. Tese apresentada ao DCP - UFMG. Belo Horizonte, MG. 2021.

Organização Gênero e Número em parceria com a Sempreviva Organização Feminista. “Sem Parar: O Trabalho e a Vida das Mulheres na Pandemia”. Disponível em: http://mulheresnapandemia.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relatorio_Pesquisa_SemParar.pdf . 2020.

Portal da Câmara dos Deputados - Pesquisa Simplificada. 2022. Disponível em: https://www.camara.leg.br/busca-portal/proposicoes/pesquisa-simplificada Acessado em: 28 jun 2022. Portal da Câmara dos Deputados - https://dadosabertos.camara.leg.br/ Acessado em: 10 jan 2022.

Authors

Marlise Matos (UFMG)
Mauro Lúcio Jeronymo (UFMG)
Mariela Rocha (Fiocruz Minas)